

## O BRASIL NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

*Jacques Schwartzman*

Enquanto em 2003 as matrículas no ensino superior de graduação na ALC chegavam a 14 milhões de Estudantes , no Brasil elas atingiam a 4,1 milhões(2004), correspondendo a cerca de 30% do total. O país apresenta também um número expressivo de alunos de pós-graduação estrito sensu (mestrado e doutorado), sendo 72 mil mestrados e 40 213 doutorandos, sendo que em 2003, 27,6mil obtiveram título de mestre e 8 mil o de Doutor.. A grande maioria dos cursos desta área estão no setor público, concentrando-se o setor privado nas especializações e outros cursos de extensão . Para construir este segmento, as univesidades federais e algumas estaduais investiram fortemente na contratação de professores titulados(inicialmente mestres e nos dias de hoje quase somente doutores) em dedicação exclusiva. A atividade de pesquisa foi também bastante estimulada, especialmente pelo financiamento à pesquisa efetuado pela FINEP e CNPq. A CAPES também foi fundamental na avaliação dos cursos

Ao investir na formação de professores com bolsas no país e no exterior e ao criar um sistema de avaliação de cursos e concessão de recursos baseado na avaliação dos pares, instaurou um sistema de financiamento que não se baseava em orçamentos automáticos, mas na qualidade do professor/pesquisador . Como conseqüência tivemos o crescimento de um setor de pós-graduação, essencialmente público e de boa qualidade. Em 1981 , o Brasil publicava 1923 artigos em periódicos de circulação internacional e a América Latina publicava 5789. Em 2003 foram 12 627 e 28 429, respectivamente. Um outro resultado foi o de elevar substancialmente o número de professores titulados e de dedicação exclusiva nas instituições de ensino superior, inclusive particulares, o que também elevou a qualidade dos cursos de graduação, visto que a organização departamental que prevalecia nas públicas não distinguia entre graduação e pós-graduação. Isto é, o professor é alocado no Departamento correspondente à sua área de conhecimento e não em determinados cursos. No entanto , criou-se uma dicotomia nas universidades públicas , onde um grupo cada vez maior de professores recebe uma serie de incentivos visando aumentar a sua produtividade acadêmica, enquanto um outro grupo, mais ligado ao ensino de graduação fica sujeito a orçamentos históricos e remuneração mais inflexível.. Um outro efeito é o de inchar as estatísticas do tipo custo por aluno, que por não distinguirem entre discentes de graduação e pós, tende a superestimar o custo por aluno de graduação. De fato, poucos são os países que apropriam separadamente o custo de alunos de graduação, alunos de pós e atividades de pesquisa. Assim, o Brasil apresentou em 2003 um gasto por aluno público de 10 054 (em US\$ PPP), o Chile de 7 011, a Argentina de 2 896, o Paraguai de 2678 , o Peru de 1368 e o Uruguai de 2 351. A média dos países da OCDE foi de 11 254. O gasto por aluno no setor privado, que hoje detem mais de 72,0% das matrículas, é certamente bem inferior, visto que o regime de tempo integral mal chega a 20% dos docentes e é escassa a atividade de pesquisa mesmo naquelas IES que tem o título de universidade.

Esta forma de financiamento, avaliação por pares ou por resultados e contratos, ainda não se encontra disseminada na América Latina, podendo-se citar apenas alguns exemplos como os do Chile , Argentina ( o FOMECA , Fondo para el Mejoramiento de la Calidad Universitária) e México (predominantemente para pesquisa).

A América Latina tem acompanhado a tendência de crescimento do ensino superior que vem ocorrendo no mundo, especialmente no que se refere à oferta de vagas pelo setor privado. Este crescimento do setor privado foi mais notável no Brasil e Chile que atingiram mais de 71% das matrículas totais em 2007, seguidos pela Colômbia (58%), Venezuela (41%), México (33%) e Argentina (21%) e em último o Uruguai com 9%

No entanto, o padrão de oferta essencialmente reproduziu a estrutura anterior constituída, em sua maioria, de cursos tradicionais de graduação. Poucas foram as iniciativas de introduzir cursos na área tecnológica, mais voltados para as necessidades imediatas do mercado, mais baratos e de menor duração. As poucas exceções, ainda em escala reduzida, ficam por conta do Brasil com a abertura no setor público e privado de cursos de graduação de tecnólogos de 2 a 3 anos de duração e México com a criação dos institutos tecnológicos públicos que absorvem mais de 20% das matrículas. Entretanto, o maior volume de matrículas está ainda nas universidades mas com tendência de diminuir em favor de outras formas de organização administrativa. No Brasil, em 1994, 56,8% das matrículas estava em universidades caindo para 44,3% em 2004

No Brasil, para se denominar Universidade é preciso ter pós-graduação stricto-sensu e pesquisa, mas a maior parte das 86 universidades particulares não preenche este requisito. Na ALC não se encontram explicitados quais seriam estes pré-requisitos mínimos.